



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1810/2009

Dispõe sobre a criação de cargos de Médico Plantonista, de provimento efetivo, para lotação no Pronto Socorro da Secretaria Municipal de Saúde de Passa Quatro e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação de cargos de Médico Plantonista, de provimento efetivo, para lotação no Pronto Socorro da Secretaria Municipal de Saúde de Passa Quatro e dá outras providências.

Art. 2º Ficam criados **9 (nove)** cargos de provimento efetivo de **Médico Plantonista** para lotação no Pronto Socorro Municipal.

Art. 3º A especificação, a carga horária semanal, o vencimento padrão inicial, a escolaridade mínima exigida, os requisitos especiais e as atribuições para o cargo de Médico Plantonista são os dispostos a seguir:

I - Cargo: Médico Plantonista

II - Quantidade: 9 (nove)

III - Carga Horária Semanal: 1 (um) plantão de 24 (vinte e quatro) horas

IV - Vencimento Padrão Inicial: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) por plantão

V – Nível: XVI

VI - Escolaridade Mínima Exigida: Ensino Superior

VII - Requisitos Especiais: Habilitação junto ao CRM

VIII - Atribuições: Promover o atendimento individual a pacientes em regime de plantão médico ou não; examinar pacientes, formulando diagnósticos, prescrever e realizar tratamentos clínicos, cirúrgicos e de natureza profilática, com indicações terapêuticas; proceder ao socorro de urgência; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar os



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

pacientes para exames radiológicos e outros, visando à obtenção de informações complementares sobre o caso a ser diagnosticado; requisitar e interpretar exames de laboratório, de raios-X e outros; realizar procedimentos ambulatoriais; fazer pesquisa de campo ou de laboratório para complementação de trabalhos e observações; emitir guias de internação e fazer triagens de pacientes encaminhando-os às clínicas especializadas, hospitais e/ou unidades de saúde, se assim se fizer necessário; estimular debates sobre saúde; integrar equipe multi-profissional para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população; notificar doenças consideradas de “Notificação Compulsória” pelos órgãos institucionais de saúde pública e as que são consideradas pela política de saúde do município; participar ativamente de inquéritos epidemiológicos quando definidos pela política municipal de saúde; elaborar relatórios periódicos e fornecer dados estatísticos sobre sua atividade; elaborar a elucidação de casos de suspeitas de vícios, de entorpecentes e outros; atender a servidores públicos ou a pessoa da família em casos de necessidade; realizar perícia e participar da junta médica para fins de posse, licença e aposentadoria; zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos e ferramentas de trabalho; realizar outras tarefas afins de acordo com as atribuições próprias da natureza de sua profissão.

Parágrafo único. Não se aplica ao vencimento-padrão constante do inciso IV deste artigo o reajuste geral anual para o ano de 2009.

Art. 4º Ao servidor efetivo ocupante do cargo de Médico, nomeado, empossado e lotado no Pronto Socorro Municipal até a data de publicação desta Lei, será concedido o direito de optar pelo seu enquadramento no cargo de Médico Plantonista de que trata esta Lei ou pela permanência no cargo de Médico, observadas as seguintes condições:

I - optando pelo enquadramento no cargo de Médico Plantonista, fará jus às disposições do art. 3º desta Lei, bem como às vantagens relativas ao tempo de serviço e escolaridade, resguardados os direitos já adquiridos e outros inerentes ao local de trabalho, se houver, com renúncia expressa ao cargo de Médico.

II - optando pela permanência no cargo de Médico, conservará as vantagens relativas ao tempo de serviço, escolaridade e outras inerentes ao local de trabalho, se houver, não se aplicando ao optante as disposições decorrentes do art. 3º desta Lei;

§1º A opção de que trata o **caput** deste artigo é obrigatória e deverá ser formalizada mediante declaração escrita, expedida em duas vias de igual teor e forma, a ser protocolada no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Lei, e conterà, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I - dados funcionais do servidor (nome, data de nascimento, CPF, documento de identidade, cargo, nível, vencimento padrão, carga horária, data de admissão e órgão de lotação);



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II - declaração de opção:

a) pelo enquadramento no cargo de Médico Plantonista, nos seguintes termos:

“Declaro, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data, minha opção voluntária pelo enquadramento no cargo de Médico Plantonista, na forma da Lei, renunciando ao cargo de Médico.”,
ou

b) pela permanência no cargo de Médico, nos seguintes termos:

“Declaro, a partir desta data, minha opção voluntária pela permanência no cargo de Médico, bem como pela não aplicação das normas pertinentes ao Cargo de Médico Plantonista, na forma da Lei.”

III - local, data e assinatura do servidor declarante;

IV - nome, CPF e assinatura de 02 (duas) testemunhas, ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo ou em comissão;

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão apropriadas nas dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de fevereiro de 2009.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, bem como as contidas na [Lei Municipal nº 1777, de 13 de setembro de 2007](#) e na Portaria Municipal nº 249, de 21 de Maio de 2002.

Passa Quatro, 11 de março de 2009.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890